



Maceió afundada pelo lucro: o crime socioambiental da Braskem e as dinâmicas do capitalismo de desastre

Dhara de Oliveira Reis Freitas¹
FEBF-UERJ

Resumo. A cidade de Maceió enfrenta, desde 2018, a subsidência do solo causada pela exploração de sal-gema pela Braskem. O desastre resultou na realocação de cerca de 60 mil pessoas e na desocupação de mais de 14 mil imóveis nos bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol. As medidas de compensação oferecidas pela empresa são criticadas por valores considerados insuficientes e pela apropriação das áreas afetadas para fins imobiliários. Reconhecido como o maior crime ambiental urbano em curso no mundo, o caso evidencia como interesses econômicos podem prevalecer sobre o direito à moradia e à cidade. Este artigo analisa os impactos socioeconômicos e urbanos, o discurso empresarial da Braskem e a transformação da tragédia em oportunidade de acumulação, relacionando-os ao conceito de capitalismo de desastre.

Palavras-chave: Braskem; Maceió; Crime socioambiental; Capitalismo de desastre.

Maceió sunk by profit: Braskem 's socio-environmental crime and the dynamics of disaster capitalism.

Abstract. Since 2018, the city of Maceió has been facing land subsidence caused by Braskem's rock salt mining. The disaster resulted in the relocation of approximately 60.000 people and the evacuation of more than 14.000 properties in the neighborhoods of Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto, and part of Farol. The compensation measures offered by the company have been criticized for being insufficient and for appropriating the affected areas for real estate purposes.

¹ Graduanda em Geografia. FEBF-UERJ; Integrante do grupo de pesquisa TEYAS (Territórios, epistemologias y Ambientes desde o Sul).

Recognized as the largest ongoing urban environmental crime in the world, the case highlights how economic interests can prevail over the right to housing and the city. This article analyzes the socioeconomic and urban impacts, Braskem's corporate discourse, and the transformation of the tragedy into an opportunity for accumulation, relating them to the concept of disaster capitalism.

Keywords: Braskem; Maceió; Socio-environmental crime; Disaster capitalism.

Maceió hundida por el lucro: el crimen socioambiental de Braskem y las dinámicas del capitalismo del desastre.

Resumen. La ciudad de Maceió enfrenta, desde 2018, hundimientos del suelo causados por las exploraciones de sal de roca de Braskem. El desastre provocó la reubicación de aproximadamente 60 mil personas y en la evacuación de más de 14 mil propiedades en los barrios de Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto y parte de Farol. Las medidas de compensación ofrecidas por la empresa son criticadas por valores considerados insuficientes y por apropiación de las áreas afectadas para fines inmobiliarios. Reconocido como el mayor delito ambiental urbano en curso en el mundo, el caso destaca cómo los intereses económicos pueden prevalecer sobre el derecho a la vivienda y a la ciudad. Este artículo analiza los impactos socioeconómicos y urbanos, el discurso corporativo de Braskem y la transformación de la tragedia en una oportunidad de acumulación, relacionándolos con el concepto de capitalismo del desastre.

Palabras clave: Braskem; Maceió; Delito socioambiental; Capitalismo del desastre.

Introdução

A cidade de Maceió, Alagoas, tem sido palco, desde 2018, do maior crime ambiental em solo urbano do mundo, um fenômeno de subsidência do solo que afeta significativamente diversos bairros. Inicialmente manifestado por rachaduras e afundamentos em residências, intensificados após eventos naturais como fortes chuvas e um tremor de terra de 2,5 graus na escala Richter em fevereiro de 2018, o problema rapidamente se expandiu para os bairros Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol. Análises técnicas, incluindo as do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) em maio de 2019, confirmaram que a principal causa da instabilidade do solo era a exploração mineral de sal-gema realizada pela Braskem, iniciada na década de 1970. Segundo Feitosa e Romeiro (2023, n.p), o desastre atingiu aproximadamente 6,6% da população da capital alagoana, afetando bairros que apresentavam grande heterogeneidade socioeconômica. A magnitude deste desastre socioambiental é alarmante, levando à evacuação forçada de mais de 14 mil imóveis e, segundo Mansur e Wanderley (2023, p. 15), mais de 60 mil pessoas tiveram que sair de suas casas em processo de migração forçada, violando direitos fundamentais como o direito à cidade e à moradia digna. Diante da urgência, a Braskem anunciou em novembro de 2019 o fechamento definitivo de seus poços de extração de sal-gema em Maceió e implementou um Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF). Contudo, as ações da empresa e as compensações oferecidas são alvo de severas críticas, frequentemente percebidas como subavaliadas e carentes de transparência. A Braskem é acusada de utilizar um “verniz de responsabilidade social” e de classificar o evento como um “fenômeno geológico”, buscando despersonalizar sua responsabilidade e silenciar as vítimas.

Buscaremos caracterizar os impactos socioeconômicos sobre as populações afetadas, evidenciando sua heterogeneidade, bem como analisar criticamente as ações e o discurso da Braskem. Adicionalmente, o estudo visa contextualizar este evento singular em marcos teóricos mais amplos, como a “acumulação por espoliação” e o “capitalismo de desastre”, que sugerem como crises podem ser instrumentalizadas para a apropriação de bens coletivos e a transferência de ônus sociais. A análise será realizada por meio de uma abordagem exploratória de caráter qualitativo, utilizando documentos oficiais e dados secundários sobre a população, a área afetada e as medidas de compensação.

A Exploração Mineral e a Gênese do Desastre em Maceió

A cidade de Maceió, em Alagoas, foi palco, a partir de 2018, de um fenômeno geológico de subsidência do solo que, apesar de sua natureza física, é fundamentalmente a materialização do maior crime ambiental urbano em curso no mundo, causado pela exploração de sal-gema pela empresa Braskem, surpreendendo os moradores com rachaduras e afundamentos em suas residências. Os primeiros relatos surgiram no bairro Pinheiro, intensificando-se após fortes chuvas em janeiro e um tremor de terra de 2,5 graus na escala Richter em fevereiro daquele ano. Rapidamente, o problema se espalhou para os bairros vizinhos de Bebedouro, Mutange, Bom Parto e parte do Farol.

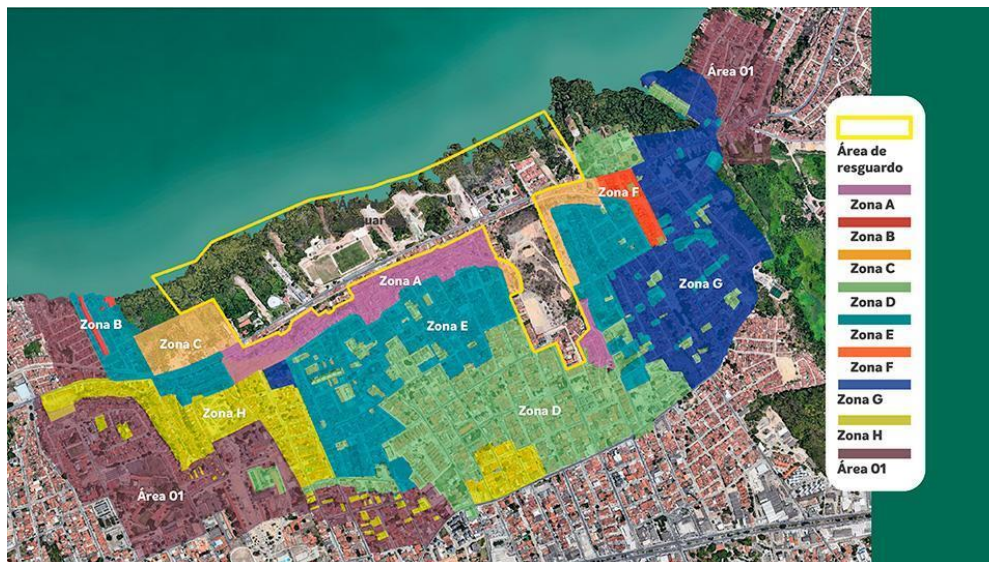
Após estudos técnicos realizados pela Defesa Civil de Maceió, com o apoio do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), a principal causa do afundamento do solo foi identificada: a exploração mineral de sal-gema pela empresa Braskem. A atividade de mineração de sal-gema na capital alagoana teve início na década de 1970 com a empresa Sal-gema Indústrias Químicas S.A., que, após fusões e mudanças de nome (Trikem, e posteriormente Braskem em 2002), manteve o controle majoritário pelo Grupo Novonor (antigo Odebrecht), além da Petrobrás. O processo de extração do sal-gema envolve a escavação de poços a cerca de mil metros de profundidade, a injeção de água para formar uma salmoura e, subsequentemente, a retirada desta solução para a superfície, deixando grandes cavidades subterrâneas. A instabilidade dessas crateras, especialmente devido a uma falha geológica na região, levou aos danos visíveis na superfície e aos tremores sentidos em 2018.

Embora a Braskem não tenha reconhecido de imediato sua responsabilidade sobre os eventos, estudos sonares iniciados em 2019, através de termos de cooperação com o Ministério Público Estadual (MPE) e Federal (MPF), comprovaram a influência das atividades mineradoras nos fenômenos de subsidência. A exploração foi paralisada em maio de 2019, e a empresa iniciou um trabalho de fechamento e estabilização de 35 minas com profundidade média de 886 metros. A identificação das áreas de criticidade levou à elaboração de mapas e, em 2020, à criação das Zonas A a D, resultando na desocupação preventiva de cerca de 4.500 imóveis e na realocação de 17.000 moradores. Posteriormente, novas áreas foram incluídas, ampliando o mapeamento para as Zonas E, F, G e H, além da Área 01, destinada exclusivamente ao monitoramento. Esse mapeamento, denominado Mapa de Linhas de Ações

Prioritárias (versão 4), foi definido pela Defesa Civil de Maceió para orientar as medidas de prevenção, evacuação e monitoramento nas regiões afetadas pela subsidência do solo.

Figura 1

Mapa de linhas de ações prioritárias



Fonte: Defesa Civil de Maceió / gov.br

Um evento notável e recente foi o risco iminente de colapso da "Mina 18" no bairro do Mutange, que afundou 1,69 metros em dias, culminando em seu rompimento em 10 de dezembro de 2023 sob a Lagoa Mundaú, com a Defesa Civil indicando um impacto "pequeno e isolado".

Apesar das ações e balanços divulgados pela Braskem, que buscam projetar uma imagem de responsabilidade social, as críticas são constantes e abrangem todos os aspectos do processo de remoção e compensação. A empresa tem sido criticada por nomear o evento como "geológico" ou "fenômeno geológico", despersonalizando sua responsabilidade pelo crime socioambiental. Além disso, conforme analisado por Rodrigues, Pimenta e Leite (2024, p. 2), o colapso da Mina 18 mobilizou diferentes setores da sociedade e irrompeu nas mídias como um assunto de grande repercussão, diferente do que vinha ocorrendo em relação ao desastre desde 2018. (RODRIGUES; PIMENTA; LEITE, 2024).

O Discurso de Sustentabilidade Empresarial sob a Lente da "Doutrina de Choque"

A análise das ações da Braskem e de sua resposta corporativa diante do crime socioambiental ocorrido em Maceió pode ser aprofundada à luz de uma

crítica ao conceito de Desenvolvimento Sustentável (DS) e da perspectiva da “Doutrina do Choque”, proposta por Naomi Klein.

O Desenvolvimento Sustentável, consolidado a partir do Relatório Brundtland (1987), de acordo com Moreira (2010, p. 16), o projeto do desenvolvimento sustentável surge numa época de crise do capital e do meio ambiente, respondendo às necessidades política, econômica e ideológica de seu período histórico. Na prática, trata-se de garantir a continuidade da acumulação capitalista, disfarçada por um discurso que associa progresso econômico à responsabilidade ambiental. Nesse contexto, empresas transnacionais como a Braskem realizam a apropriação privada de bens naturais coletivos, transformando-os em mercadorias para ampliar sua produtividade, enquanto transferem os custos e danos socioambientais para a sociedade. Essa dinâmica é legitimada e fortalecida pela parceria entre Estado e mercado, característica central do modelo socioambiental vigente.

A “Doutrina do Choque”, de Naomi Klein, contribui para entender de forma crítica como desastres – sejam eles naturais, socioambientais ou políticos – são usados para viabilizar reformas neoliberais, privatizações e processos de acumulação por espoliação. No caso de Maceió, o crime socioambiental provocado pela Braskem também pode ser compreendido sob essa ótica: ao adquirir cerca de 3 quilômetros de orla marítima e aproximadamente 300 hectares de áreas urbanas altamente valorizadas, a empresa transforma uma tragédia causada pela extração predatória em oportunidade de lucro imobiliário. Estima-se que esses ativos possam alcançar um valor de até R\$40 bilhões, o que exemplifica a lógica identificada por Klein (2008): transformar destruição em estratégia de negócios, ao invés de reparar os danos coletivos.

Nesse sentido, Klein (2008) define o conceito de capitalismo de desastre como a estratégia de explorar crises e catástrofes para impor reformas impopulares, ampliar privatizações e abrir novos mercados, muitas vezes ignorando ou agravando os impactos sociais. A tragédia provocada pela Braskem pode ser lida como um exemplo desse processo: o desastre ambiental não apenas destruiu bairros inteiros, mas também foi convertido em oportunidade de revalorização e especulação imobiliária, reforçando a acumulação de capital em detrimento da reparação integral às comunidades afetadas. Essa lógica, presente em diferentes contextos analisados por Klein – como guerras, tsunamis e crises financeiras – revela que, longe de buscar reconstruir ou reparar, o capitalismo de desastre transforma o sofrimento coletivo em motor de expansão econômica.

O discurso de sustentabilidade utilizado pela Braskem se apresenta como uma retórica de responsabilidade social que busca legitimar a atuação da empresa e reduzir tensões sociais. O “Relatório Integrado 2020”, por exemplo, descreve o crime como “evento/fenômeno geológico” e destaca o alto índice de aceitação das propostas de compensação financeira (99,7%), totalizando um provisionamento de R\$9,2 bilhões para reparação. Entretanto, uma leitura crítica revela que esse discurso está marcado pelo “não dito” e pela “política do silêncio” (MOREIRA, 2010), pois apaga a extração predatória como causa da tragédia e naturaliza a catástrofe como algo inevitável.

Com isso, a empresa busca compatibilizar, no plano simbólico, crescimento econômico e preservação ambiental, reposicionando-se discursivamente de causadora de danos a agente de reparação, legitimado não pelo controle estatal ou social, mas por mecanismos de mercado. Essa estratégia evidencia, como aponta Moreira (2010), que o discurso de sustentabilidade não rompe com a lógica destrutiva do capital, mas a reconfigura, transformando crises em novas formas de reprodução e acumulação.

Assim, observa-se que o discurso de sustentabilidade, ao mesmo tempo que legitima práticas predatórias, converte tragédias em novas oportunidades de acumulação de capital.

Figura 2

foto aérea mostra intervenção de artistas em bairro afetado pela mineração da Braskem



Foto: Cinepopeia

Impactos Socioeconômicos e a heterogeneidade da População Afetada Socioeconômicos

O desastre em Maceió impactou profundamente a dinâmica social e econômica da capital alagoana. A área acometida abrange aproximadamente

242 hectares, correspondendo a 5,6% da população existente na capital. Estima-se que cerca de 60.000 pessoas, distribuídas em mais de 14.000 imóveis, foram diretamente afetadas nos cinco bairros: Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol.

A heterogeneidade socioeconômica dos bairros atingidos resultou em diferentes formas de adaptação e enfrentamento da nova realidade. Os bairros podem ser reagrupados em dois grupos distintos com base em suas condições socioeconômicas:

- Primeiro Grupo (Bebedouro, Bom Parto e Mutange): Caracterizados como bairros periféricos, com uma população de menor renda, onde prevalece uma renda familiar média de até um salário mínimo (Mutange chega a 82,9% da população nesta faixa). Nesses bairros, a presença de apartamentos é muito inferior à de casas, e a quantidade de imóveis alugados é bastante relevante. A taxa de alfabetização é menor em comparação com a média municipal e nacional.
- Segundo Grupo (Pinheiro e Farol): Associados a uma população com nível de renda mais alto. Em 2010, Pinheiro possuía 1.832 apartamentos, contra apenas 228 nos outros três bairros somados. A taxa de alfabetização é significativamente maior (94,1% no Pinheiro e 92,2% no Farol). Além disso, Pinheiro e Farol tinham a maior parte da população se autodenominando branca, o que pode indicar uma concentração de renda hereditária.

Essa diferenciação impactou a forma como as populações lidaram com o desastre. Por exemplo, moradores de áreas com renda per capita majoritariamente igual ou inferior a um salário mínimo (como Mutange, Bebedouro e Bom Parto) estão sujeitos a uma maior vulnerabilidade e dependência.

Além disso, como destacam SILVEIRA et al. (2023), o desastre da Braskem em Maceió-AL insere-se no contexto do racismo ambiental, pois atingiu de forma desproporcional populações pobres, negras e periféricas, historicamente marginalizadas pela lógica da urbanização e da especulação imobiliária. O racismo ambiental manifesta-se quando impactos ambientais negativos — como poluição, degradação ambiental e deslocamentos forçados — recaem predominantemente sobre comunidades vulneráveis, muitas vezes sem o seu conhecimento ou consentimento. Essa leitura evidencia como desigualdades sociais, econômicas e raciais não apenas agravam as consequências do

desastre, mas também estruturam quem são as principais vítimas e como estas são tratadas nos processos de reparação.

A Braskem implementou o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), que previa indenizações por danos materiais e morais, custeio de despesas de mudança e auxílio-moradia. No entanto, o processo de remoção dos moradores, muitas vezes realizado antes do lançamento da proposta de compensação, gerou recusa de uma parcela da população em sair sem um acordo "justo". As indenizações oferecidas, como R\$5.000 para auxílio-mudança, R\$10.000 para comerciantes, R\$20.000 para inquilinos e R\$40.000 para proprietários, são constantemente criticadas por serem "subavaliadas" e insuficientes para cobrir os danos materiais e morais. Até julho de 2022, mais de 12,9 mil indenizações haviam sido pagas, totalizando cerca de R\$2,7 bilhões em indenizações, auxílios e honorários advocatícios.

Outro ponto crítico é o "ilhamento socioeconômico" de pessoas que permaneceram nos bairros afetados por seus imóveis não terem sido incluídos no zoneamento de risco, resultando na perda de acesso a equipamentos e políticas públicas essenciais. Relatos indicam impactos na saúde física e mental, casos de suicídio e perda de fontes de renda. Comunidades como a dos Flexais, no Bebedouro (região atendida por um projeto que busca melhorar acesso a serviços e estimular a economia local), sofrem com isolamento social e carência, lutando por inclusão no PCF, evidenciando que a área de abrangência dos efeitos da subsidência do solo pode ter sido subestimada.

A omissão do poder público também é criticada. Em julho de 2023, a Braskem pagou R\$1,7 bilhão à prefeitura de Maceió a título de quitação total por danos, incluindo futuros, e transferiu a propriedade da área atingida para a empresa. Contudo, o dinheiro foi utilizado apenas para a compra de um hospital, e o Fundo de Amparo aos Moradores (FAM) continua sem fundos. A organização popular, por meio de associações de moradores e movimentos sociais como o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), tem sido fundamental na denúncia, na cobrança de medidas justas e na ampliação da visibilidade do caso, demandando indenizações justas, pagamento de aluguel-social, permanência da propriedade dos imóveis aos seus atuais proprietários e uma discussão consultiva e decisória do Plano Diretor da cidade.

Figura 4

“Me diz quanto vale o sal de nossas lágrimas”



Fonte: Aqui fomos felizes/Divulgação

Figura 5

Aqui morava uma família



Fonte: Theo Sales

Reestruturação Urbana e Desafios Futuros

Os impactos do desastre da Braskem não se limitam apenas à realocação de famílias, mas também geram uma reestruturação urbana significativa na cidade de Maceió. A desocupação e a subsequente demolição de imóveis, iniciadas em janeiro de 2022 na encosta do Mutange, alteram profundamente a paisagem e a dinâmica urbana.

As mudanças afetam diretamente a mobilidade urbana, com a desativação de importantes vias de acesso e trechos da linha férrea que interligavam bairros como Mutange, Bom Parto e Bebedouro. Isso causa sobrecarga em outras áreas da cidade, como a Avenida Fernandes Lima, e aumenta o tempo e o custo de

deslocamento para a população que depende do transporte público. A perda de equipamentos e prédios públicos de valor histórico é outra consequência grave, com escolas estaduais sendo desativadas por problemas estruturais, obrigando estudantes a serem realocados e pressionando o sistema educacional e de saúde em outras regiões da cidade. Além disso, esse processo revela como a cidade foi transformada em espaço de vulnerabilidades e incertezas, afetando diretamente a vida cotidiana das famílias atingidas.

Segundo o Relatório Integrado da Braskem (2020), até o final daquele ano foram realocadas cerca de 9,2 mil famílias e provisionados cerca de R\$9,2 bilhões para compensações, obras de infraestrutura e reparação dos impactos urbanísticos, ambientais e sociais. No entanto, organizações civis e moradores relatam que essas medidas são insuficientes para reparar os danos, pois não contemplam integralmente a complexidade das perdas materiais, simbólicas e afetivas sofridas.

Apesar dos balanços e comunicados da Braskem sobre suas ações de reparação, a realidade observada é marcada por inconformidades e falta de transparência. Muitos animais foram abandonados por conta da dificuldade de conseguir casas alugadas que aceitassem pets, e apenas após pressão da ONG SOS Pet Pinheiro, apoiada pela OAB e pelo Ministério Público Estadual, foi criado um plano de ação para o acolhimento desses animais, em parceria com a Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Além disso, permanecem "pontos cegos" na divulgação de informações, como a ausência de um orçamento público detalhado dos gastos da empresa, a quantidade e a identificação de prédios históricos condenados à demolição e a falta de clareza sobre como e quando a Braskem indenizará os governos estadual e municipal pelos prejuízos causados.

Essa opacidade na divulgação de informações também reflete, como apontam Santos e Viegas (2021), uma herança histórica de implantação de projetos extrativistas durante o regime militar, quando grandes decisões eram tomadas sem consulta popular ou avaliação ambiental adequada. Essa lógica favoreceu a concentração de poder econômico, aprofundou desigualdades sociais e transformou bairros inteiros em zonas de vulnerabilidade e sacrifício.

A persistência de problemas como o isolamento socioeconômico de comunidades não incluídas no programa de compensação, como os Flexais, evidencia lacunas na abrangência das medidas de reparação e a necessidade de ampliar o Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF) de forma mais inclusiva e justa.

Os impactos de longo prazo ainda são difíceis de serem avaliados. A redistribuição forçada da população por diferentes regiões da cidade dificulta a reconstituição de vínculos comunitários e ameaça o senso de pertencimento construído ao longo de décadas. Nesse cenário, a luta das organizações populares, como o Movimento Unificado das Vítimas da Braskem (MUVB), torna-se essencial para garantir indenizações justas, a manutenção do direito de propriedade e uma participação ativa da sociedade na revisão do Plano Diretor, buscando que a reestruturação urbana não apenas repare danos, mas contribua para construir uma cidade mais justa, resiliente e menos desigual.

Os efeitos do caso Maceió revelam contradições profundas de um modelo de desenvolvimento que historicamente privilegiou interesses econômicos em detrimento da proteção de vidas e territórios. Pensar o futuro urbano da cidade exige superar práticas que transformaram bairros em zonas de sacrifício e reconhecer que a reparação verdadeira só será possível ao priorizar o direito à cidade, a preservação dos laços comunitários e a construção coletiva de soluções que respeitem a memória e as necessidades da população afetada.

Considerações finais

Os impactos da exploração de sal-gema pela Braskem em Maceió, iniciados em 2018 com fenômenos de subsidência do solo e rachaduras em residências, configuram uma tragédia socioambiental de grande escala. A análise confirma que a exploração mineral foi a principal causa do afundamento do solo, afetando bairros como Pinheiro, Mutange, Bebedouro, Bom Parto e parte do Farol, resultando na realocação forçada de aproximadamente 60 mil pessoas e na desocupação de mais de 14 mil imóveis.

A população afetada apresenta marcante heterogeneidade socioeconômica: bairros como Pinheiro e Farol, com maior proporção de população branca e renda mais alta, contrastam com Bebedouro, Bom Parto e Mutange, caracterizados por condições periféricas, menor renda média per capita e predominância de moradores autodeclarados pardos. Essas diferenças estruturaram as distintas formas de enfrentamento do desastre e ampliaram desigualdades na adaptação à nova realidade urbana, que exigirá reestruturação proporcional ao deslocamento populacional.

As medidas de compensação implementadas pela Braskem, por meio do Programa de Compensação Financeira e Apoio à Realocação (PCF), têm sido amplamente criticadas por valores considerados subavaliados, decisões

unilaterais e falta de transparência. Apesar do pagamento de cerca de R\$ 2,7 bilhões em indenizações, auxílios e honorários até julho de 2022, e outros R\$ 1,7 bilhão repassados à prefeitura, a empresa foi acusada de minimizar sua responsabilidade ao tratar o ocorrido como “evento geológico”, em vez de reconhecê-lo como crime socioambiental.

O caso de Maceió também se insere na lógica do capitalismo de desastre, em que corporações privadas se beneficiam de tragédias para expandir seus ativos. Ao adquirir cerca de 3 km de orla marítima e aproximadamente 300 hectares de áreas urbanas — com potencial de valorização estimado em até R\$40 bilhões — a Braskem exemplifica processos de acumulação por espoliação, transformando destruição em oportunidade de lucro.

Os efeitos do desastre não se limitam à perda de moradias: houve impacto direto na mobilidade urbana, pela desativação de vias importantes, e sobrecarga nos sistemas de saúde e educação em outras regiões. A desagregação comunitária comprometeu laços sociais construídos ao longo de décadas, e áreas como os Flexais, excluídas dos programas de compensação, seguem enfrentando isolamento socioeconômico e lutando por reconhecimento.

Em síntese, o desastre da Braskem em Maceió revela um cenário complexo de desigualdades históricas, falhas na governança e na reparação, e a apropriação de espaços urbanos em benefício privado. Os desafios permanecem: avaliar plenamente as consequências de longo prazo, garantir reparação justa e construir uma cidade que respeite o direito à moradia, a memória coletiva e a justiça socioambiental.

Referências

BRASKEM. Site da Braskem. 2025. Disponível em: <https://www.braskem.com.br/alagoas>. Acesso em: 14 jul. 2025.

FEITOSA, C. O.; ROMEIRO, A. S. **Exploração mineral e impactos na habitação: o caso Braskem, em Maceió**. XX ENANPUR, 2023.

KLEIN, Naomi. **A doutrina do choque: a ascensão do capitalismo de desastre**. Tradução de Vania Cury. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MARINHO, Gustavo. **7 pontos para entender o crime ambiental da Braskem em Maceió**. Da Página do MST, 6 dez. 2023. Disponível em:

<https://mst.org.br/2023/12/06/7-pontos-para-entender-o-crime-ambiental-da-braskem-em-maceio/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MANSUR, Maíra; WANDERLEY, Luiz Jardim. Apresentação. In: MANSUR, Maíra; JARDIM, Luiz Wanderley (org.). **Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações**. [S.l.]: [s.n.], 2021. p. 13-16.

MARQUES, Luiz. **Os capitalistas do desastre**. A Terra é Redonda, 5 jun. 2024. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/os-capitalistas-de-desastre/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

MOREIRA, Luciano Accioly Lemos. **A (In)sustentabilidade do discurso do desenvolvimento sustentável**. 2010. Tese (Doutorado em Letras: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.

RODRIGUES, Cau. **Afundamento do solo em Maceió: a cronologia das rachaduras em ruas e imóveis ao colapso das minas**. G1 Alagoas, 2 dez. 2023. Atualizado em: 9 maio 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2023/12/02/afundamento-do-solo-em-maceio-a-cronologia-das-rachaduras-em-ruas-e-imoveis-ao-colapso-das-minas.ghtml>. Acesso em: 18 jun. 2025.

RODRIGUES, E. G. B.; PIMENTA, L.N.; LEITE, S. N. **Braskem, o colapso e os públicos: a Mina 18 como acontecimento**. Esferas, ano 14, v. 3, n. 31, p. 1-27, set./dez. 2024. DOI: 10.31501/esf.v3i31.15302.

SANTOS, Cirlene Jeane Santos e; VIEGAS, Maria Ester Ferreira da Silva. **Quanto valem nossas lágrimas? Cidade, capitalismo e sofrimento ante a vulnerabilidade produzida pela mineração nos bairros de Maceió, em Alagoas**. In: MANSUR, Maíra; JARDIM, Luiz Wanderley (org.). **Colapso mineral em Maceió: o desastre da Braskem e o apagamento das violações**. Brasília: Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, 2023. p. 124-145.

SIMÕES, P. E. M. **Discurso de sustentabilidade face ao crime da Braskem em Maceió: reflexões sob a perspectiva Pecheutiana**. XI encontro de estudos organizacionais da ANPAD, 2022.

SILVEIRA, Alexandre Marques; FRANÇA, Karine Agatha; DIAS, Felipe da Veiga.
Racismo ambiental e o caso Braskem em Maceió-AL: uma análise na perspectiva da criminologia verde do sul. Profanações, v. 10, p. 725-755, 2023